

Negociações difíceis com o Clube de Paris

DIV EXT

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

"Uma boa discussão, objetiva, em que o bom senso prevaleça." Foi assim que o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, definiu, na sexta-feira, em Washington, sua expectativa para a reunião que os representantes do governo brasileiro terão com os credores da dívida oficial do País no Clube de Paris, a partir desta segunda-feira.

Falando aos jornalistas ao final do segundo encontro que teve, em dois dias, como secretário-assistente do Tesouro americano para assuntos internacionais, David Mulford, Bracher disse que "acredita que será provável chegar-se a um termo conveniente de negociação". Mas ressaltou que via "como uma coisa difícil" a hipótese de os governos credores virem a aceitar a renegociação de cerca de US\$ 5,2 bilhões, que seria a ideal para o governo brasileiro.

O presidente do BC indicou, porém, que tampouco é provável que as negociações terminem na pior hipótese. Essa, de acordo



Fernão Bracher

com fontes bem informadas, envolveria o refinanciamento de apenas US\$ 2,6 bilhões relativos aos pagamentos de principal vencidos em 1985 e 1986.

Bracher informou, também, que seu segundo encontro com Mulford não tivera um caráter decisivo. "Comparamos números, opiniões e discutimos princípios. E essa discussão continuará na segunda-feira, em Paris", afirmou ele.

19 JAN 1987

Fontes oficiais americanas, ouvidas por este jornal, procuraram ser econômicas em suas declarações. Uma delas indicou, contudo, que o tratamento a ser dado ao pedido brasileiro estava sendo tratado "em alto nível" no governo americano. O mesmo funcionário procurou enfatizar, contudo, que Washington não comprou a teoria do governo, segundo a qual a queda do superávit comercial nos últimos meses foi consequência de um "acidente de percurso".

"Ela resultou de uma política de crescimento acelerado baseado no consumo." A fonte disse, também, que o governo americano recebeu mal a inclusão na proposta inicial brasileira de US\$ 1 bilhão de principal e US\$ 500 milhões de juros de 1987, alegando que a decisão do Clube de Paris, em dezembro, de renegociar sem que o País fizesse um acordo com o FMI, fora baseada na premissa de que somente os vencimentos de 1985 e 1986, sobretudo os de principal, seriam contemplados.

Segundo informações colhidas por este jornal junto a fontes financeiras, o melhor cenário, que é obviamente a proposta inicial comunicada pelo Brasil aos governos credores, da qual Bracher deu conhecimento aos banqueiros com que conversou em Nova York na quarta e na quinta-feira passadas, incluiria a renovação dos seguintes débitos:

- Cerca de US\$ 3,6 bilhões de principal, sendo US\$ 2,6 bilhões vencidos em 1985 e 1986 e US\$ 1 bilhão a vencer neste ano.

- Aproximadamente US\$ 1,3 milhão de juros dos três anos, US\$ 500 milhões dos quais relativos a 1987.

- Pouco mais de US\$ 300 milhões em juros sobre os pagamentos de juros em atraso.

Assumindo-se um superávit comercial da ordem de US\$ 10 bilhões a US\$ 10,5 bilhões, com que o BC trabalha, a necessidade total de dinheiro novo, de todas as fontes, em 1987, ficaria em torno de US\$ 3,5 bilhões.

No cenário oposto, o Clube de Paris, alegando a ausência de um programa formal de ajustamento econômico com o Fundo, aceitaria renovar apenas os US\$ 2,6 bilhões de principal vencidos em 1985 e 1986. Neste caso, as necessidades de dinheiro novo — de todas as